

A Cacex propõe leilão cambial

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Está com o ministro da Fazenda, Dáson Funaro, proposta do diretor da Cacex, Roberto Fendt, para criação do leilão cambial, o que evitaria uma maxidesvalorização imediata do cruzado. A proposta foi lançada pela Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (Abece) e acolhida com simpatia também pelo ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castello Branco, além de setores do PFL e do PMDB.

Pela sistemática proposta, os exportadores trocariam os dólares obtidos no Exterior, na proporção aproximada de 60% do total, pelo câmbio oficial. Os 40% restantes seriam leiloados pelo Banco Central ou pelas Bolsas de mercadorias e futuro, rendendo cotações similares às do mercado paralelo.

Desta forma, os exportadores teriam uma maior remuneração em cruzados que compensaria a defasagem hoje existente, entre 25% e 30%,

decorrente do congelamento do câmbio de fevereiro a novembro, estimulando não só as próprias exportações como desestimulando o subfaturamento com retenção de divisas no Exterior. Esse processo traria essas divisas para o interior do País e seria um passo inicial para uma política de câmbio livre, embora com grande controle das operações por parte do governo, até mesmo com possibilidade de aplicação de uma política tributária para o setor, sem que o País desse motivos a uma série de processos de dumping no Exterior.

A remessa de lucros poderia ser operada também através dos leilões, tornando o processo transparente, sem que as empresas estrangeiras se utilizassem dos subterfúgios hoje existentes, pelos quais acabam remetendo lucros e repatriando capitais, comprando dólar subsidiado. Da mesma forma, este seria um procedimento adequado para funcionar como porte de entrada de investimentos estrangeiros.

A proporção (60/40) é uma hipótese levantada pela Abece, mas que

obedeceria aos interesses do governo, encarecendo divisas para importação de superfluos e viagens turísticas, ao mesmo tempo em que baratearia o dólar para compra de insumos básicos como matéria-prima para remédios e fertilizantes. Para importação destes, os dólares seriam comprados do Banco Central, no câmbio oficial. Para compra de uísque, castanhas e perfumes, o importador teria de recorrer aos leilões, onde o dólar sairia ao preço do paralelo, sob controle do governo.

A objeção de que procedimentos de câmbio duplo são condenados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) foram derrubados, pois o próprio Fundo está financiando a aplicação deste sistema na Nigéria e Paquistão, com bons resultados. Além de tornar mais realista o custo das importações, o sistema condiciona a própria capacidade de importação. A contra-indicação para este tipo de operação estaria no favorecimento à expansão da base monetária, o que poderia ser corrigido com medidas a serem adotadas pela política monetária do Banco Central.